

## **O ENSINO PRIMÁRIO NO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1930.**

**VILMARA DA SILVA**

UFPI. E-mail: vilmararcc@gmail.com

O tema História da Educação ao logo do tempo sendo estudado por muitos teóricos como, Burke (1992), Ferro (1996), Lopes (2001) dentre outros. Para Lopes (2001) o estudo da História da Educação, nos dá a oportunidade de conhecer o processo educativo em uma determinada sociedade, considerando os aspectos políticos, sociais e econômicos que influenciam na educação. Com essa nova visão a história passa a se interessar pelas diversas atividades humanas em especial: a educação. O olhar do historiador volta-se ao aspecto educativo, e à interpretação da experiência coletiva, devido ao surgimento da Nova História Cultural que quebra o paradigma tradicional em resumir a história, essencialmente, à política.

Este trabalho surgiu com base em trabalho de conclusão de curso com o seguinte tema: “A expansão da educação pública primária piauiense: aspectos legais e administrativos do período de 1930 a 1947”. Assim, o presente trabalho tem como objetivo conhecer como se deu a institucionalização o ensino público primário do Piauí, com um recorte temporal menor de 1930.

Tendo em vista as mudanças ocorrentes no Brasil no que se refere à educação, foi possível observar as inquietações do governo em modernizar a instrução pública brasileira e que consequentemente afetaria o Estado do Piauí. Surgiu então a seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: Como expandiu o ensino primário no Piauí no período de 1930? O estudo visa compreender o caráter educativo contidos nos regulamentos, assim conhecer o processo de institucionalização do ensino primário do Piauí.

## **História e memória: um breve olhar sobre trajetória do ensino primário piauiense no século XIX**

De acordo com Ferro (1996) a segunda metade do século XIX é marcada por uma efervescência no âmbito político e social, que produziu alterações no cotidiano da sociedade brasileira. A primeira república é o ponto de partida da educação elementar e propagação e democratização da escola no Brasil.

Especificamente de 1900 até 1910, era vivenciado pelo Estado do Piauí um período de estruturação do ensino, ou seja, a construção de escolas públicas que expandia em cidades e povoados. E somente em 1910 que se inicia a sua consolidação, que significaria que ensino mantido pelo Estado aos poucos foram sendo executados de maneira organizada já que anteriormente as escolas sofriram constantes tropeços em relação a suas instalações. E é com a Reforma de 1910 que se pode afirmar que as escolas primárias começaram a se estabilizarem definitivamente. Neste período são anunciadas algumas preocupações em relação à educação, e o Estado passa então a exercer a responsabilidade, de dar impulso a promoção do ensino.

Como afirma (LOPES, 2001, p.23) “[...] buscava afirmar, em uma sociedade ainda pouco escolarizada, princípios como obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a co-educação.” É a partir de 1930 que o processo de educação entra de forma decisiva buscando d Em 30 de março de 1910 com Lei de nº 548 ocorre reforma da instrução pública do estado, por Antônio Freire da Silva o governador na época. De acordo com Brito (1996):

Com o regulamento de 1910 encerra-se o período de “estruturação” e tem início o período de “consolidação”. As estruturas dos vários ramos de ensino mantidos pelo Estado vão sendo, gradativamente, implementados até alcançar o estágio em que adquirem caráter sistêmico.

Com o regulamento de 1910 encerra-se o período de “estruturação” e tem início o período de “consolidação”. As estruturas dos vários ramos de ensino mantidos pelo Estado vão sendo, gradativamente, implementados até alcançar o estágio em que adquirem caráter sistêmico. (BRITO, 1996, p.45)

Assim, a Lei determinava que o ensino fosse ministrado pelo Estado da seguinte maneira:

- Aulas gratuitas;
- Leigas;
- Dividido em: primário, normal e profissional.

O ensino primário dividiu-se em particular e público, sendo este de responsabilidade ser ministrado oficialmente pelo Estado e pelas municipalidades, enquanto o privado por professores particulares e associações. O objetivo do ensino ministrado pelo Estado era formar os alunos a serem cidadãos capazes de exercerem seus deveres. Desta maneira, o ensino piauiense caminhava rumo a uma renovação pedagógica e normatizada, tendo em vista as transformações nos métodos, deu-se por influência da Escola Nova que se efetivava no Estado dar organicidade a educação primária, secundária e superior.

### **Procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa configura-se como um estudo de natureza historiográfica, com análise dos conteúdos dos documentos segundo Bardin (2009). A análise de conteúdo se refere a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa constantemente e que se aplica a discursos diversificados. O método de análise de conteúdo consiste informar a partir de um roteiro específico, na qual se escolhe os documentos (neste caso, leis e decretos que se refere à educação), se formula hipóteses e objetivos para a

pesquisa. A coleta de dados bibliográficos se deu principalmente através de visitas ao Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito) com ênfase para Leis e Decretos da educação no Piauí.

Para a coleta de dados foi realizadas visitas semanais no Arquivo Público-Casa Anísio Brito. Foram fotografados documentos legais, no caso especificamente leis e decretos que tratam exclusivamente da educação no Piauí do período de 1930. De acordo com (MELO, 2010, p.13) “[...] a História, nos últimos séculos, foi sendo marcada por um fluente debate de ordem epistemológica e metodológica”, ou seja, a educação passou pela discussão a respeito de fontes escritas, sonoras, iconográficas, audiovisuais, arquitetônicas, mobiliárias, que são peças essenciais à compreensão dos fenômenos ocorridos em determinadas épocas.

Para a análise dos dados foi dividido em categorias pra melhor compreensão do trabalho, essas categorias foram adicionadas a partir das mesmas encontradas nos documentos-fontes, com os seguintes termos: estrutura geral do ensino; os alunos; os professores; o currículo; a criação de escolas primárias e leis orçamentárias do ensino primário.

### **A Instrução Pública no Piauí: a institucionalização primária na década de 1930.**

No período republicano ensino público piauiense sofria alguns estigmas que transfigurava a educação de modo geral, ou seja, era uma imagem defeituosa em consequência de uma tradição herdada do Império. Que não se diluiu rapidamente ao longo do tempo como afirma (QUEIROZ, 2008, p. 12): “O quadro herdado do Império não se modificou de forma substancial ao longo do tempo- quer no que se refere ao aspecto material, quer quanto às interferências políticas no exercício da profissão.”

A principal ideia sobre o ensino piauiense no período republicano era que através da educação popular a sociedade iria livrar-

-se de um perigo, a ignorância. Com essa ideia surgiu à obrigatoriedade do ensino, pois o poder público preocupava-se em expandir o ensino tanto na capital quanto no interior do Estado. Mas, o Estado não estava preparado para assumir tal responsabilidade, já que não possuía nenhuma condição física e metodológica para dar início a implantação, estruturação e consolidação da instrução pública piauiense.

A precariedade educacional estava em vários âmbitos, da estrutura física à do professor que algumas vezes era de acordo com Lopes (2001) semi-analfabeto ou analfabeto, os salários eram atrasados e miseráveis, os concursos eram fraudulentos devido a política partidária. Era frequente a inexistência de prédios escolares, falta de material didático. E com essas características propagava-se o ensino público do Piauí.

De acordo com Ferro (1996) depois de muito esforço por educação que republicanos reivindicavam, o governo como resposta a campanhas que eram realizadas, concretiza, em reformas educacionais, e aos poucos ocorriam mudanças no ensino sem muita coerência e eficácia. O Governo do Piauí propagava o ensino público primário no Estado, criações de escolas eram frequentes no território piauiense. Como dita:

O governo empenhou-se seriamente, no período de 1933 a 1937 na expansão da rede escolar primária, construindo novos e modernos prédios escolares em todo o Estado e ampliando consideravelmente as matrículas no período, alcançaram um crescimento de 212%, segundo estatísticas oficiais. (BRITO, 1996, p. 92).

Mesmo com a expansão das escolas no Piauí, a população piauiense possuía um baixo grau de escolaridade, devido à dispersão populacional no território. Isso se atribui a seguinte justificativa:

Sua vasta extensão territorial era considerada empecilho para a implantação da escola primária, pois o governo esta-

dual não alcançava a maioria da população com suas ações e os municípios piauienses em sua maioria deixavam a cargo do Estado às questões educacionais. (MARTINS, 2009, p. 45)

Diante disso, o Estado exigia o auxílio dos municípios para expandir o ensino primário. Já que não tinha condições financeiras e competência para assumir essa responsabilidade, apesar da ajuda dos municípios, a rede escolar engatinhava pelo vasto território do Piauí. No decreto 1.514 de 22 de janeiro de 1934, o governo criava 50 escolas nucleares no interior do Estado, pode-se perceber que a expansão da instrução primária era evidente o seu desejo, mas um pouco limitado quanto a sua efetiva qualidade e dimensão do que é educação.

Martins (2009) enfatiza sobre o pensamento dos governantes sobre, qual sociedade estes queriam formar:

“Através de uma educação intelectual, moral, prática e re-geradora a população seria capacitada para se envolver com as questões de ordem social, questões estas ligadas aos aspectos políticos e econômicos de então.” (MARTINS, 2009, p. 63)

Com esses pensamentos, o governo vigente da época fugia do verdadeiro sentido da educação, difundindo e preparando somente os indivíduos para visão política. Ficava subtendido que excluía o povo não alfabetizada da participação política.

### **Regulamento Geral do Ensino do ensino de 1933**

O Decreto nº 1.438, 31 de janeiro de 1933 tinha como finalidade examinar e mudar a determinação legal sobre a instrução do ensino público do Piauí tanto, primário, secundário, como na Escola. Baixada no governo de Landry Sales Gonçalves não ocorreram mudanças na parte administrativa, e sim na finalidade do ensino primário para as crianças, não sendo mais um mero transmissor de

conteúdo, mas um ensino que buscava formar um indivíduo capaz de exercer a cidadania, para isso a educação moral é um fator determinante para tal finalidade. Quanto ao ensino primário o governo estabelecia a seguinte estrutura:

### **Fundamentais**

**Escolas singulares:** Eram instaladas em comunidades que oferecessem mais de 30 crianças em idade escolar, com duração de três anos.

**Escolas nucleares:** Instaladas em povoado com poucas pessoas, de rápida alfabetização duração apenas de um ano. Para o funcionamento é exigido no mínimo 20 alunos matriculados.

**Escolas agrupadas:** Instaladas nas localidades onde houvesse pelo menos três escolas singulares, funcionariam no mesmo prédio ou em diferentes prédios, mas que estivessem situados no raio de dois quilômetros. De acordo com Ferro (1996) as escolas agrupadas possuíam mais de uma sala de aula, com a 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> série.

**Grupos escolares:** funcionariam em localidades que possuísem no mínimo 180 crianças em idade escolar.

### **Complementar**

**Escola Modelo:** estava ligada a Escola Normal Oficial, a sua organização administrativa, didática e econômica era igual a dos grupos escolares, e destinava-se a prática profissional dos alunos do quarto e quinto ano normais.

### **Especial**

**Escola de Adaptação:** era anexa a Escola Normal Oficial, destinada obrigatoriamente aos candidatos à matrícula no curso Normal. Com duas classes iniciais, feminino e outra masculina.

## Profissional

Escola prática de Agricultura: o governo determina que seja um curso profissional de dois anos, com idade mínima de 14 anos, para os dois anos do curso prático, terá um internato especial com matrícula máxima de 10 alunos, os quais serão selecionados de acordo com desempenho nas aptidões que revelem.

O ensino primário público era mantido pelo governo do Estado, com auxílio dos municípios, ou particularmente, em estabelecimentos sujeitos à inspeção técnica da Diretoria Geral da Instrução com duração de 6 anos. O ensino profissional primário era ministrados em estabelecimentos especiais, em 5 anos de curso, seguia com o objetivo de desempenhar no individuo ofícios práticos e exercer profissões de imediata utilidade no meio piauiense.

De acordo com esse decreto de 1933 a supervisão do ensino tinha como objetivo conhecer os fatores que influenciavam na instrução popular, desta maneira ocorreriam observações das escolas com o intuito de promover o progresso que atuaria no professor, no meio social e nas autoridades.

## Considerações finais

Para efetivação do trabalho, além da pesquisa bibliográfica foram utilizados leis, decretos e decreto-lei como fonte de pesquisa, do período de 1930, ressaltando que não foi possível seguir a ordem cronológica dos fatos, devido à indisponibilidade de alguns materiais documentais, além de que alguns estavam profundamente desgastados.

Após a análise dos documentos é possível destacar algumas considerações, dentre elas, a de que se está trabalhando a importância da História da Educação para historiadores, e também como disciplina para a formação de professores e professoras. E que é possível identificar através dos documentos legais o processo de

construção da atual escola, pois através da legislação que se compreende as ideias vigentes na educação de modo geral.

A pesquisa apontou que a consolidação do ensino primário se deu no processo de expansão, tanto na estrutura física como também metodológica. A presença da ideia da democratização do ensino público era evidente, assim ocorreram mudanças sociais, políticas e educacionais que promoveram um impulso pela busca da escola. Logo no período de 1930, os Estados incorporam os princípios da Escola Nova.

Esses documentos caracterizavam a implantação, expansão e mudanças, relacionadas ao ensino primário, além de assuntos gerais administrativos sobre a instrução pública do Piauí. Vimos que o ensino primário foi caracterizado por reformas que dariam um novo modelo de ensino, mas essas reformas também tiveram seus tropeços. Este legado herdado da primeira República, Queiroz (2008) cita algumas características do ensino primário vigentes na época como: professores inabilitados para exercerem a profissão e evasão escolar.

Assim, a investigação histórico-pedagógica, não se realiza sem o apoio de fatos, dados e informações contidos em fontes. É necessário que o pesquisador deixe os fatos falarem, ou seja, descobrir o que na mensagem se encontra. De acordo com Lopes e Galvão (2001) o passado nunca poderá ser compreendido e conhecido na sua plenitude. No máximo podemos entendê-lo através de vestígios deixados por homens e mulheres das sociedades passadas. Mesmo que o pesquisador busque se aproximar de uma certeza do passado, acreditando na metodologia que utiliza, há de existir pedaços soltos da história que se almeja reconstituir.

### Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence; **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRITO, Itamar Sousa; **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, Peter; **O Que É História Cultural?** Rio de Janeiro Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992.

CAVALCANTE, Maria Juraci (org); **Instituições História da Educação, Protagonistas e Práticas**. Fortaleza: LCR, 2005

FERRO, Maria do Amparo Borges; **Pesquisa em História da Educação no Brasil: antecedentes, elementos impulsionadores e tendências** In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, BEZERRA, José Arimatea Barros, ARAUJO, José Edvar Costa e OLIVEIRA, Jean Édessom de (orgs); **História da Educação Instituições, Protagonistas e Práticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação, Literatura e História: Cotidiano, Ideário e Práticas Pedagógicas**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2000

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1996.

LE GOFF, Jacques; **A História Nova**. São Paulo: Martins Fortes, 1990.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes. et. al. (orgs); **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica.2000.

LOPES, Eliane Marta T; e GALVÃO, Ana Maia O; **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa; **Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova. —1920 a 1947**. 2009. Dissertação Mestrado em Educação—UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina, 2009.

MELO, José Joaquim Pereira; **Fontes E Métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. Fontes e méto-**

**dos em história da educação.** Org: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010.

Queiroz, Teresinha de Jesus mesquita; **Educação no Piauí.** Imperatriz. MA. Ética, 2008.

### **Fontes primárias**

#### **Leis e decretos**

Decreto nº. 1.438, 31 de janeiro de 1933. Revê e altera disposições do Regulamento Geral do Ensino. Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

Decreto nº 1514, 22 de janeiro de 1934. Crêa 50 escolas nucleares, no interior do Estado. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

Lei nº 548, 30 de março de 1910. Reforma a instrução publica do estado. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.